

Ofício nº 095/2023 – GABINETE;DPG

Goiânia, 17 de abril de 2023.

A Sua Excelência o Senhor

BRUNO PEIXOTO

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

Goiânia-GO

Assunto: Encaminha Projeto de Lei – Subsídio mensal dos Defensores Públicos do Estado de Goiás.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

A par de cumprimentá-lo, venho por meio deste encaminhar o anexo Projeto de Lei que dispõe sobre os novos valores dos subsídios dos membros da Defensoria Pública do Estado de Goiás.

Conforme elucidado na exposição de motivos e estudo técnico que acompanham o referido projeto, os integrantes da carreira da Defensoria Pública, ao lado dos integrantes do Ministério Público e do Poder Judiciário, serão remunerados na forma do art. 39, § 4º da Constituição Federal. Com efeito, a Constituição Federal de 1988 equiparou o regime jurídico-administrativo da Defensoria Pública às normas que disciplinam e organizam o Poder Judiciário, na forma do art. 134, parágrafo quarto, do referido Diploma, previsão esta incluída pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014, devendo as normativas do art. 93 da CF/88 serem aplicadas à Defensoria Pública, no que couber.

O Projeto de Lei tem por finalidade promover a efetividade da garantia constitucional de equiparação entre as referidas instituições que integram o sistema de justiça.

Para tanto, segue a exposição dos motivos com as justificativas necessárias para a apresentação e melhor compreensão da proposta.

Sem mais para o momento, renovo os votos de estima e consideração.

TIAGO GREGÓRIO FERNANDES
93598262191
TIAGO GREGÓRIO FERNANDES
Defensor Público-Geral

Assinado eletronicamente por TIAGO GREGÓRIO FERNANDES, 93598262191
Data: 2023.04.17 14:03:03
Assinatura: 93598262191
Data: 2023.04.17 14:03:03
Assinatura: 93598262191

Exposição dos motivos

O Projeto de Lei ora submetido à apreciação de Vossa Excelência estabelece, nos termos do disposto no artigo 37, X, da Constituição Federal, novos valores dos subsídios dos membros da Defensoria Pública do Estado de Goiás, cujos vencimentos estão arrolados no Anexo Único da Lei nº 16.779, de 11 novembro de 2009, alterada pela Lei nº 19.920, de 26 de dezembro de 2017.

A Defensoria Pública integra o Capítulo IV da Constituição Federal de 1988, que abrange as denominadas "Funções Essenciais à Justiça", sendo uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados

Com efeito, os integrantes da carreira da Defensoria Pública, ao lado dos integrantes do Ministério Público e do Poder Judiciário, serão remunerados na forma do art. 39, § 4º da Constituição Federal.

Tem-se, ainda, que a Constituição Federal de 1988 equiparou o regime jurídico-administrativo da Defensoria Pública às normas que disciplinam e organizam o Poder Judiciário, na forma do art. 134, §4º, do referido Diploma, previsão esta incluída pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014, devendo as normativas do art. 93 da CF/88 ser aplicadas à Defensoria Pública, no que couber.

Importante registrar que o subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal serve de parâmetro para o estabelecimento dos valores propostos no Projeto de Lei em anexo e está em conformidade com os parâmetros da Lei Federal nº 14.520/23, que reajustou o subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, em três parcelas anuais, a partir de 1º de abril do corrente ano.

Assim, o Projeto de Lei tem por finalidade promover a efetividade da garantia constitucional de equiparação entre as referidas instituições que integram o sistema de justiça.

Por fim, a medida prevista no presente Projeto de Lei é amparada em estudo técnico de impacto orçamentário, oriundo do setor especializado desta Instituição, que declarou estar em consonância com os recursos disponíveis para folha de pagamento, bem como com as leis orçamentárias específicas, observando, ainda, os limites do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás.

Sendo estas as justificativas sobre o projeto encaminhado, colocamo-nos à inteira disposição dessa Colenda Casa Legislativa para informações complementares, caso necessário.

TIAGO GREGÓRIO
FERNANDES:
93598262191

Assinado eletronicamente por TIAGO GREGÓRIO FERNANDES
Assinatura: 93598262191
CPF: 93598262191
Data: 2023.04.17 10:10:47-03:00
Localização: Sala de Assinatura do
Fluxo PDF: Resposta_Versão: 1.1.1

TIAGO GREGÓRIO FERNANDES

Defensor Público-Geral

PROJETO DE LEI N. DE 2023.

Dispõe sobre os subsídios dos membros da Defensoria Pública do Estado de Goiás, na forma do inciso X do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do artigo 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os subsídios mensais dos membros da Defensoria Pública do Estado de Goiás passam a ser fixados de acordo com os valores e implantação escalonada previstos no Anexo Único desta Lei.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento-Geral do Estado de Goiás à Defensoria Pública do Estado de Goiás.

Art. 3º Ficam revogadas:

I - a Lei nº 16.779, de 11 de novembro de 2009;

II – a Lei nº 18.468, de 19 de maio de 2014; e

III – a Lei nº 19.920, de 26 de dezembro de 2017.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de abril de 2023.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, ____ de ____ de ____, ____º da República.

ANEXO ÚNICO

Cargo	Subsídio Atual	Subsídio a partir de 1º de abril de 2023	Subsídio a partir de 1º de fevereiro de 2024	Subsídio a partir de 1º de fevereiro de 2025
Defensor Público de Primeira Categoria	R\$ 35.461,17	R\$ 37.588,84	R\$ 39.716,51	R\$ 41.844,18
Defensor Público de Segunda Categoria	R\$ 33.688,11	R\$ 35.709,40	R\$ 37.730,68	R\$ 39.751,97
Defensor Público de Terceira Categoria	R\$ 32.003,70	R\$ 33.923,92	R\$ 35.844,14	R\$ 37.764,37

ESTUDO TÉCNICO

I - Da Iniciativa de Lei

É assegurada à Defensoria Pública do Estado de Goiás a iniciativa de lei.

Nesse sentido, o art. 7º da LC nº 130/2017 prevê que à Defensoria Pública do Estado de Goiás é assegurada autonomia funcional, administrativa, financeira e iniciativa para elaboração de sua proposta orçamentária, dentro dos limites estabelecidos no artigo 134, § 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Importa, ainda, destacar que a objeto do presente projeto de lei possui expresso amparo no art. 47 da Lei nº 21.527, de 26 de julho de 2022 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023), observando, ainda, os limites do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás.

II – Do Impacto Orçamentário

O impacto orçamentário anual do objeto será de R\$ 8.592.669,18 (oito milhões, oitocentos e noventa e dois mil, seiscentos e sessenta e nove reais e dezoto centavos) para o exercício de 2023, R\$ 12.206.456,47 (doze milhões, duzentos e seis mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e quarenta e sete centavos) para o exercício de 2024 e R\$ 12.776.032,06 (doze milhões, setecentos e setenta e seis mil, trinta e dois reais e seis centavos) para o exercício de 2025.

III – Da Capacidade Orçamentária

As despesas serão suportadas pela Unidade Orçamentária 0801, na dotação 2023.0801.04.122.4100.4142.01.15000100.90.0000.

IV – Declaração

Os que abaixo assinam, declaram a veracidade das informações prestadas, bem como ratificam a capacidade orçamentária do órgão em suportar as despesas decorrentes da aprovação do aludido projeto de lei.

TIAGO GREGÓRIO
FERNANDES
93598262101

Tiago Gregório Fernandes
Defensor Público-Geral do Estado

MARCELO
GRACIANO
SOARES
00648537137
Marcelo Graciano Soares

Diretor-Geral de Administração e Planejamento



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - DPE-GO



RELATÓRIO FINAL Nº 1 / 2023 DPE-GO/PROJ Nº 17931

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO

Trata-se de estudo de Impacto Orçamentário referente a alteração remuneratória dos membros da Defensoria Pública do Estado de Goiás.
Pela fase processual, providenciamos conforme quadro abaixo a estimativa do impacto, levando em consideração a aplicabilidade e efeitos a partir de 1º de abril de 2023.

SUBSÍDIO ATUAL	REAJUSTE 18%	3X PARCELAS	SUBSÍDIO REAJUSTADO 2023	SUBSÍDIO REAJUSTADO 2024	SUBSÍDIO REAJUSTADO 2025	IMPACTO COM ENCARGOS MENSAL SUBSÍDIO 2023		IMPACTO COM ENCARGOS MENSAL SUBSÍDIO 2024		IMPACTO COM ENCARGOS MENSAL SUBSÍDIO 2025	
						ATUAL	A NOMEAR	ATUAL	A NOMEAR	ATUAL	A NOMEAR
R\$ 35.461,17	R\$ 6.383,01	R\$ 2.127,67	R\$ 37.588,84	R\$ 39.716,51	R\$ 41.844,18	R\$ 70.921,63	R\$ 0,00	R\$ 70.921,63		R\$ 70.921,63	R\$ 0,00
R\$ 33.688,11	R\$ 6.063,86	R\$ 2.021,29	R\$ 35.709,40	R\$ 37.730,68	R\$ 39.751,97	R\$ 89.834,06	R\$ 0,00	R\$ 89.834,06		R\$ 89.834,06	R\$ 0,00
R\$ 32.003,70	R\$ 5.760,67	R\$ 1.920,22	R\$ 33.923,92	R\$ 35.844,14	R\$ 37.764,37	R\$ 125.879,96	R\$ 2.726,72	R\$ 125.879,96	R\$ 2.726,72	R\$ 125.879,96	R\$ 2.726,72
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS PATRONAIS						R\$ 698.711,98	R\$ 0,00	R\$ 727.842,34	R\$ 0,00	R\$ 775.306,97	R\$ 0,00
TOTAIS						R\$ 985.347,64	R\$ 2.726,72	R\$ 1.014.477,99	R\$ 2.726,72	R\$ 1.061.942,62	R\$ 2.726,72

IMPACTO REAJUSTE	
2023	8.892.669,18
2024	12.206.456,47
2025	12.776.032,06

Atestamos, diante do estudo, que os valores apurados são compatíveis com a capacidade orçamentária do órgão, portanto, se encontra alinhado ao orçamento da Defensoria Pública do Estado de Goiás, aprovado pela Lei Orçamentária Anual, Lei nº 21.760, de 29 de dezembro de 2022.

Marcelo Graciano Soares
Diretor-Geral de Administração e Planejamento

GOIANIA, 27 de março de 2023.



Documento assinado eletronicamente por MARCELO GRACIANO SOARES, Diretor-Geral, em 27/03/2023, às 19:59, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 46117953 e o código CRC B18D68CF.


DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - DPE-GO
ALAMEDA CORONEL JOAQUIM DE BASTOS 282, 4º ANDAR - Bairro SETOR MARISTA - GOIANIA - GO - CEP 74175-150 - (62)3157-1096



Referência: Processo nº 202310892001723



SEI 46117953

À PUBLICAÇÃO E, POSTERIOR-
MENTE, À COMISSÃO DE CONS-
TITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.
Em 18 / 04 / 2023


1º Secretário



ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



PROCESSO LEGISLATIVO 2023000538

Data autuação: 18/04/2023

Origem: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS

Autor: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS

Tipo: PROJETO

Subtipo: LEI ORDINÁRIA

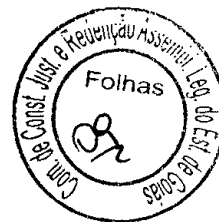
Assunto: DISPÕE SOBRE O SUBSÍDIOS DOS MEMBROS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS, NA FORMA DO INCISO X DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

Informações legislativas

Protocolo

Número ofício: 095 - DPG

Data	Lotação	Ação
18/04/2023 às 15:28	Diretoria Parlamentar	Publicado.
18/04/2023 às 15:27	Diretoria Parlamentar	Lido no expediente em 18/04/2023.
18/04/2023 às 15:23	Diretoria Parlamentar	Recebido - Diretoria Parlamentar
18/04/2023 às 10:00	ASSESSORIA ADJUNTA DE PROTOCOLO E ARQUIVO	Encaminhado à Diretoria Parlamentar
18/04/2023 às 09:53	ASSESSORIA ADJUNTA DE PROTOCOLO E ARQUIVO	Autuado



COMISSÃO MISTA

Ao Sr. Dep. Amilton Filho

PARA RELATAR

Sala das Comissões Em 18 / 04 / 2023.

Presidente: Wagner Camargo Neto



PROCESSO N.º : 2023000538
INTERESSADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS
ASSUNTO : Dispõe sobre os subsídios dos Membros da Defensoria Pública do Estado de Goiás, na forma do inciso X do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil.

RELATÓRIO

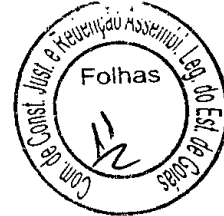
Versam os autos sobre projeto de lei, de autoria da Defensoria Pública do Estado de Goiás, que fixa os subsídios mensais dos membros daquele órgão, de acordo com os valores e implantação escalonada previstos no Anexo Único deste projeto de lei.

Segundo consta na justificativa, o presente projeto de Lei tem por finalidade promover a efetividade da garantia constitucional de equiparação entre a Defensoria Pública e as demais instituições que integram o sistema de justiça. Argumenta-se, nesse sentido, que a proposição em pauta está amparada em estudo técnico de impacto orçamentário, oriundo do setor especializado daquela instituição, que declarou estar em consonância com os recursos disponíveis para folha de pagamento, bem como com as leis orçamentárias específicas, observando, ainda, os limites do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás.

Essa é a síntese da proposição em análise.

Sobre o tema tratado nesta propositura, a Constituição Estadual (art. 120) confere à Defensoria Pública autonomia organizacional e financeira para propor as leis que disponham sobre o regime de subsídio dos seus membros.

Nesse aspecto, a **Constituição Federal, em seu art. 169, § 1º**, determina que a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração somente poderá ser feita se houver **prévia dotação orçamentária** suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, e se houver **autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias**.



Por sua vez, a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar Federal n. 101, de 4 de maio de 2000), no seu arts. 16, I e II, c/c 17, §§ 1º 2º, preceitua que a criação de ação governamental que acarrete **aumento da despesa de caráter continuado** será acompanhado de **estimativa do impacto orçamentário-financeiro** no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes; **declaração do ordenador da despesa** de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias; além de demonstrar a **origem dos recursos para seu custeio** e comprovação de que a despesa criada ou aumentada **não afetará as metas de resultados fiscais** previstas no anexo de metas fiscais da LDO.

No caso em tela, as sobreditas exigências constitucionais e legais foram atendidas, vez que a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o atual exercício financeiro traz autorização legal para o incremento da despesa com pessoal, conforme exige o citado art. 169 § 1º da CF, além do projeto de lei cumprir devidamente os requisitos da LRF.

A Defensoria Pública informa o impacto orçamentário anual será de R\$ 8.892.669,18 (oito milhões, oitocentos e noventa e dois mil, seiscentos e sessenta e seis reais e dezoito centavos) para o exercício de 2023, R\$ 12.206.456,47 (doze milhões, duzentos e seis mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e quarenta e sete centavos) para o exercício de 2024 e R\$ 12.776.032,06 (doze milhões, setecentos e setenta e seis mil, trinta e dois reais e seis centavos) para o exercício de 2025.

Isto posto, somos pela constitucionalidade e juridicidade da propositura em pauta, e, no mérito, por sua **aprovação**. É o relatório.

SALA DAS COMISSÕES, em 18 de Abril de 2023.

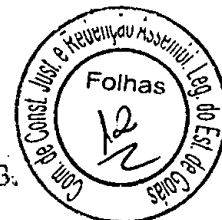

Deputado AMILTON FILHO
Relator

COMISSÃO MISTA

A Comissão Mista

Aprova o Parecer do Relator Favorável à Matéria

Em 18 / 09 / 2023.



Processo Nº. 2023000538

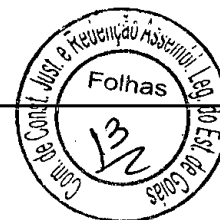
Sala das Comissões

1) ALESSANDRO MORAIRA (PP)	20) ISSY QUINAN (MDB)
2) AMAURI RIBEIRO (UB)	21) JAMIL CALIFE (PP)
3) AMILTON FILHO (MDB)	22) KARLOS CABRAL (PSD)
4) ANDERSON TEODORO (AVANTE)	23) LINCOLN TEJOTA (UB)
5) ANDRÉ DO PREMIUM (AVANTE)	24) LINEL OLÍMPIO (MDB)
6) ANTÔNIO GOMIDE (PT)	25) LUCAS GALIL (MDB)
7) BIA DE LIMA (PT)	26) LUCAS DO VALE (MDB)
8) CAIRO SALIM (PSD)	27) MAJOR ARAÚJO (PL)
9) CHARLES BENTO (MDB)	28) MAURO RUBEM (PT)
10) CLÉCIO ALVES (REPUBLICANOS)	29) PAULO CEZAR MARTINS (PL)
11) CORONEL ADAILTON (PRB)	30) RENATO DE CASTRO (UB)
12) CRISTIANO GALINDO (SD)	31) RICARDO QUIRINO (REPUBLICANOS)
13) DEL EDUARDO PRADO (PL)	33) ROSANGELA REZENDE (AVANTE)
14) DR. GEORGE DE MORAIS (PDT)	32) TALLIS BARRETO (UB)
15) DR. JOSÉ MACHADO (PSDB)	34) VETER MARTINS (PATRIOTA)
16) FRED RODRIGUES (MDB)	35) VIVIAN NAVES (PP)
17) GUGL NADER (AGIR)	36) WAGNER CAMARGO NETO (PRTB)
18) GUSTAVO SEBRA (PSDB)	37) WILDE CAMBÃO (PSD)
19) HENRIQUE CÉSAR (PSC)	38) ZELI FRITSCHÉ (PRTB)

Presidente:

Wagner Camargo Neto

COMISSÃO MISTA - HÍBRIDA



Dia: 18/04/2023 Horário 15:00 Local: CCJ COMISSÃO
Início: 16:43 Término: 18:08 Presentes: 30

Presentes

AMAURI RIBEIRO(UB)	TITULAR
AMILTON FILHO(MDB)	TITULAR
ANDERSON TEODORO(AVANTE)	TITULAR
ANDRÉ DO PREMIUM(AVANTE)	TITULAR
ANTÔNIO GOMIDE(PT)	TITULAR
BIA DE LIMA(PT)	TITULAR
CAIRO SALIM(PSD)	TITULAR
CLÉCIO ALVES(REP)	TITULAR
CORONEL ADAILTON(SD)	TITULAR
CRISTIANO GALINDO(SD)	TITULAR
DEL. EDUARDO PRADO(PL)	TITULAR
DR. GEORGE MORAIS(PDT)	TITULAR
DRª. ZELI(SD)	TITULAR
FRED RODRIGUES(DC)	TITULAR
HENRIQUE CÉSAR(PSC)	TITULAR
ISSY QUINAN(MDB)	TITULAR
JAMIL CALIFE(PP)	TITULAR
JOSÉ MACHADO(PSDB)	TITULAR
LINCOLN TEJOTA(UB)	TITULAR
LINEU OLÍMPIO(MDB)	TITULAR
MAJOR ARAÚJO(PL)	TITULAR
MAURO RUBEM(PT)	TITULAR
RENATO DE CASTRO(UB)	TITULAR
RICARDO QUIRINO(REP)	TITULAR
ROSÂNGELA REZENDE(AGIR)	TITULAR
TALLES BARRETO(UB)	TITULAR
VETER MARTINS(PAT)	TITULAR
VIVIAN NAVES(PP)	TITULAR
WAGNER CAMARGO NETO(SD)	TITULAR
WILDE CÂMBÃO(PSD)	TITULAR


Presidente Comissão